

Em revisão

PLANO DE  
DESENVOLVIMENTO  
INTEGRADO

**BAHIA**  
**2035**



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

**PDI BAHIA 2035**

## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa / Governador

João Leão / Vice-Governador

Bruno Dauster / Secretário da Casa Civil

Walter Pinheiro / Secretário do Planejamento

Maurício Teles Barbosa / Secretário da Segurança Pública

Fábio Vilas-Boas / Secretário de Saúde

Carlos Martins / Secretário da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

João Carlos Oliveira da Silva / Secretário do Meio Ambiente

Leonardo Góes Silva / Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

Sérgio Brito / Secretário de Desenvolvimento Urbano

Marcus Benício Foltz Cavalcanti / Secretário de Infraestrutura

Fabya Reis / Secretária de Promoção da Igualdade Racial

Josias Gomes / Secretário de Desenvolvimento Rural

Fausto de Abreu Franco / Secretário de Turismo

Edelvino da Silva Góes Filho / Secretário da Administração

Manoel Vitório da Silva Góes Filho / Secretário da Fazenda

Jerônimo Rodrigues / Secretário da Educação

João Leão / Secretário de Desenvolvimento Econômico

Arany Santana / Secretária de Cultura

Lucas Teixeira Costa / Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

Davidson de Magalhães Santos / Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Rodrigo Mousinho Hita / Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

Julieta Palmeira / Secretária de Políticas para as Mulheres

Cibele Oliveira de Carvalho / Secretária de Relações Institucionais

André Nascimento Curvello / Secretário de Comunicação

Nestor Duarte Guimarães Neto / Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

# SUMÁRIO

- 05 EDITORIAL - UM PASSO ALÉM
- 06 A BAHIA COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO
- 08 HISTÓRICO RECENTE DA FUNÇÃO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO
- 12 VISÃO DE FUTURO - BASES PARA O DESENVOLVIMENTO
- 14 VISÃO DE FUTURO - INDICADORES E METAS
- 17 EIXOS ESTRATÉGICOS
  - 18 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
  - 22 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
  - 26 MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA HÍDRICA
  - 30 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO
  - 34 EDUCAÇÃO
  - 38 DESENVOLVIMENTO RURAL
  - 42 DESENVOLVIMENTO URBANO E REDE DE CIDADES
  - 46 SAÚDE
  - 50 IGUALDADE DE RAÇA E DE GÊNERO E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
  - 54 ASSISTÊNCIA SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS
  - 58 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
  - 62 CULTURA
  - 66 GESTÃO GOVERNAMENTAL



## EDITORIAL

# UM PASSO ALÉM

Após 12 anos trabalhando para consolidar uma nova Bahia, com uma visão voltada para o desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo, o governo do estado decidiu enfrentar o desafio de projetar o futuro. Do trabalho conjunto envolvendo governo, sociedade e mercado, nasce o Plano de Desenvolvimento Integrado – Bahia 2035, com estratégias para orientar as ações nos próximos 16 anos, firmando alicerce para o enfrentamento das incertezas e mudanças vividas pelo Brasil.

Símbolo de esperança democrática, o Bahia 2035 traduz o desejo dos baianos por um futuro promissor, de uma sociedade mais justa, plural e com maior inserção na economia. Traz na pauta a disposição de firmar marcos de políticas públicas de reparação e justiça social, buscando a melhoria da qualidade de vida da população baiana. Até 2035, empenhada em dirimir as desigualdades históricas, a Bahia tem como objetivo melhorar todos os indicadores sociais, econômicos e ambientais e se tornar um estado ainda melhor para sua gente.

Esta publicação traz a síntese de uma visão de desenvolvimento para o estado, com perspectivas traçadas a partir de eixos estratégicos que refletem as questões mais relevantes. Apresenta novas possibilidades e modelos para alternativas de políticas públicas que possam ser elaboradas, executadas e avaliadas de forma consistente, rumo ao desenvolvimento integrado da Bahia em 2035.

# A BAHIA COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO


A categoria desenvolvimento, uma das mais centrais para a análise das dinâmicas das sociedades capitalistas, compreende, muitas vezes, noções e ideias plenas de ambiguidades, quando não visões diametralmente opostas entre si. Em outras palavras, implica afirmar que as múltiplas noções de desenvolvimento se situam em âmbitos de permanente disputa, sob os prismas políticos, ideológicos e mesmo científicos.

A abordagem de Celso Furtado do desenvolvimento reconhece as inter-relações características do sistema capitalista, considerado em sua totalidade. Assim é que, no âmbito da divisão internacional do trabalho, a articulação que se estabelece entre países altamente industrializados e países produtores de matérias-primas potencializa a dependência dos últimos em relação aos primeiros, no tocante ao progresso técnico. Portanto, o fenômeno do subdesenvolvimento, como o denomina Furtado (1961), é relativamente autônomo, vale dizer, não corresponde necessariamente a uma etapa anterior do processo de desenvolvimento.

Salvo notável mudança de curso, as consequências para as sociedades e economias inscritas na periferia do capitalismo são conhecidas: condenam-se a reproduzir, indefinidamente, as próprias estruturas subdesenvolvidas. No caso brasileiro e mais notadamente a Bahia, ainda há que considerar de que forma

o modelo escravocrata determinou de forma central a estrutura de poderes políticos e econômicos, deixando um rastro de profunda desigualdade com a marca indelével do racismo. Assim, liberar-se do subdesenvolvimento requer, como passo inicial, o abandono de posturas intelectuais e culturais essencialmente reprodutivistas.

Como as estratégias para se alcançar um patamar desejável de desenvolvimento implicam a potencialização não apenas de oportunidades, como, também, de conflitos, um dos maiores obstáculos que se apresenta para as sociedades periféricas diz respeito aos interesses de determinados segmentos sociais para a manutenção de estruturas as mais arcaicas, vale dizer, para a reiteração da própria condição de subdesenvolvimento, uma vez que, nessa articulação que se dá entre o "moderno" e o "atrasado", há, claramente, setores que acumulam capitais e se reproduzem, social e politicamente. Assim, um autêntico esforço desenvolvimentista requer o enfrentamento das estruturas mais avessas à distribuição da renda que um processo de desenvolvimento, se bem conduzido, pode engendrar. Tais considerações apresentam claras implicações para a Bahia, correspondendo esta a um típico espaço da periferia capitalista, igualmente submetida às lógicas que articulam os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.



Em outros termos, existem novos e antigos desafios que as mudanças sociopolíticas e de linhas de ação não foram capazes de debelar. Em um cenário que, nacional e internacionalmente, aponta cada vez mais para incertezas e instabilidades – e não apenas de um ponto de vista estritamente econômico – e para a colocação em xeque de relevantes conquistas sociais, torna-se imprescindível o resgate de uma visão de planejamento de longo prazo, capaz de articular, em uma totalidade, os diversos segmentos e setores da sociedade e economia baianas em um projeto de autêntico e generalizado desenvolvimento. Nesse sentido, tal planejamento, tendo como foco o enfrentamento das consequências de processos historicamente construídos, deverá anunciar uma visão de futuro, objetivos e metas que se encadeiem em função de promover a ampliação da cidadania e do bem-estar social e econômico da população baiana.

Para pensar o futuro da Bahia, além dos temas abordados, é necessário considerar as potencialidades naturais, seu diversificado ecossistema, passível de ser aproveitado para fins turísticos e de geração de energia, de modo sustentável. Ademais, há possibilidades claras tanto para uma indústria de base que seja, a um só tempo, moderna e indutora da indústria de transformação, como, também, para maiores encadeamentos produtivos nos setores agropecuários.

---

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

# HISTÓRICO RECENTE DA FUNÇÃO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO

Finalizada a transição política pactuada no Brasil durante os anos 1980, que possibilitou o abandono do regime ditatorial e a retomada da democracia, é promulgada em 1988 uma Constituição, na qual ganha destaque o avanço, até então inédito, da noção de cidadania, agora lastreada em direitos sociais. Também em relação à nova Carta Magna, entre outras definições atinentes à administração pública, está a de que o planejamento e o orçamento governamentais passam a ser norteados, do ponto de vista legal, por três mecanismos básicos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). De vigência mais ampla – quatro anos –, o primeiro deles se constitui em um instrumento “[...] cujo conteúdo contempla o conjunto de políticas públicas que afetam a vida da população. [...] essas iniciativas organizam-se através de programas que, por sua vez, desdobram-se em ações” (POMPONET, 2012, p. 46).

Em um contexto mundial que anuncia notáveis mudanças (econômicas, sociais, culturais, políticas, institucionais), ganham expressão crescente no Brasil o ideário neoliberal e, de forma correlata, a visão de

um Estado de tipo gerencial, que busca, *grosso modo*, transplantar para o setor público os fundamentos da administração corporativa privada (ANDREWS; KOUZMIN, 1998). Desse modo, a atividade de planejamento, já despida de maiores preocupações desenvolvimentistas, passa a ser compreendida mais e mais pela definição de objetivos e metas de curto e médio prazos e, sobretudo, pelo respeito máximo aos princípios do equilíbrio orçamentário clássico. No plano das retóricas oficiais, tal processo implica, de um lado, o foco na efetividade das políticas públicas – muito mais do que na sua própria eficiência, aspecto agora associado a um Estado de viés burocrático, supostamente já ultrapassado (BRASIL, 1995) – e, de outro, os adequados manejo e controle da dívida pública, nos marcos de uma muito difundida, porém pouco desvelada, crise fiscal do Estado.

Nos anos 1990, sob auspícios do Banco Mundial (BORGES, 2000, 2001; OLIVEIRA, 1998), tais concepções, gozando de uma condição hegemônica global, pautam as políticas públicas do governo federal e as diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, espalhando-se em seguida para as admi-

nistrações das unidades subnacionais, que se empenham, igualmente, em "reformas administrativas". Sintomática desse período de esvaziamento do planejamento enquanto promotor do desenvolvimento é a desafortunada, porém celebrada e mesmo incentivada, guerra fiscal que se trava entre estados e até entre municípios, na esteira da exacerbação de localismos e da ausência de uma autêntica e coordenada política nacional de desenvolvimento, quer setorial, quer regional (ARAÚJO, 1999; MELO, 1996; VAINER, 1995).

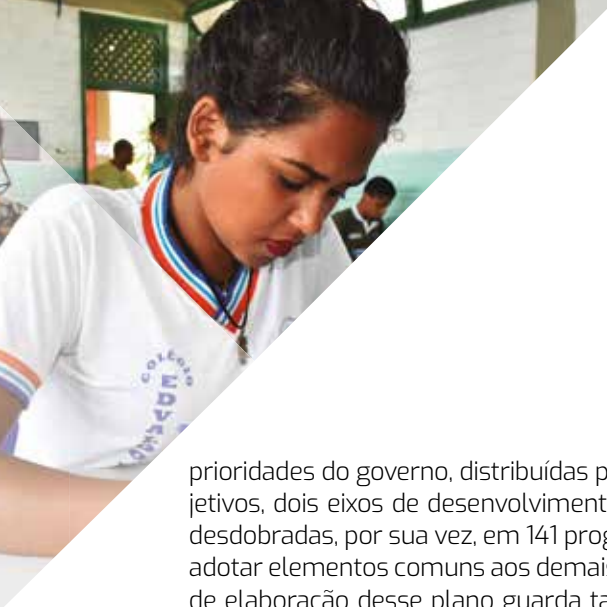
Em meio a esse novo ciclo que se instala para a política pública, é lançado, em 1991, o primeiro PPA do governo baiano, contemplando o quadriênio 1992-1995. Não por acaso, à semelhança do que então ocorria no âmbito do governo nacional e também na esfera dos demais estados da federação, aquele plano apresentava um perfil de vinculação estreita ao orçamento. Tal situação não se altera, rigorosamente, para o segundo PPA da Bahia, relativo ao quadriênio 1996-1999. Embora este último plano contivesse um conjunto de programas formalmente estruturantes e supostamente articulados entre si, bem como determinada visão de multidimensionalidade das ações, na prática restava subsumido na programação orçamentária (IPEA; SEPLAN; SEI, 2017).

Uma alteração mais significativa ocorre quando da elaboração do PPA baiano referente ao período 2000-2003, momento em que se introduz a metodologia do Planejamento Estratégico Situacional (PES), criada por Matus (1996). Tal escolha implica a necessidade de as análises tomarem como ponto de partida os problemas que emergem da realidade. Nessa linha de raciocínio, estabelecem-se, então, objetivos de natureza macro e 90 programas estruturados por eixos de desenvolvimento. Sua gestão, todavia, permanece atrelada ao modelo gerencial de Estado. Ainda no ano

de 2000, é lançado um plano de desenvolvimento de longo prazo para o estado, autodenominado estratégico, intitulado *Bahia 2020: o futuro a gente faz*, cuja meta central consiste em alcançar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para a Bahia, que supere a média nacional. De todo modo, suas propostas revelam certa atenuação do discurso neoliberal orientador dos anteriores PPAs (POMPONET, 2012).

Tal documento constitui a base para o PPA 2004-2007, no qual os eixos de desenvolvimento permanecem como orientadores dos investimentos. Ressalte-se que, na elaboração desse PPA, é a primeira vez em que se utiliza a escuta popular – ainda que de forma tímida – e que indicadores sociais e econômicos são selecionados para avaliar os resultados das ações governamentais. Acrescente-se ainda que, antes mesmo do seu período de vigência, precisamente em 2003, é criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com o objetivo de discutir, acompanhar e avaliar os resultados do plano estratégico do governo baiano (IPEA; SEPLAN; SEI, 2017; POMPONET, 2012).

Em um contexto nacional de mudanças sociopolíticas, em que ressurgem manifestações de um planejamento central setorializado e de médio e longo prazos – mediante a realização de grandes projetos com visíveis encadeamentos produtivos, destacando-se, nesse particular, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) –, ao lado de outras iniciativas governamentais e programas sociais destinados tanto à mitigação da pobreza como à ampliação de direitos das minorias, edita-se na Bahia, em 2007, um novo plano de longo prazo, intitulado *Resgatando o planejamento estratégico no estado da Bahia: 2008-2028 – um futuro para todos nós*, que fundamenta a construção do PPA 2008-2011. Neste último, definem-se as



prioridades do governo, distribuídas por sete macro-objetivos, dois eixos de desenvolvimento e três diretrizes, desdobradas, por sua vez, em 141 programas. Apesar de adotar elementos comuns aos demais PPAs, o processo de elaboração desse plano guarda também diferenças substantivas em relação aos anteriores. Uma delas se refere à ampliação e à intensificação da escuta popular, com mais de oito mil propostas extraídas da sociedade civil organizada, a fim de que os conteúdos programáticos expressos no PPA passem, efetivamente, a traduzir a relação governo-sociedade e a definir prioridades para a ação governamental, pautando, assim, a própria formulação de políticas públicas.

Outra mudança se refere à adoção, para fins de regionalização oficial, dos Territórios de Identidade, inicialmente propostos pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em conformidade com as discussões por ele empreendidas com os movimentos sociais vinculados à agricultura familiar, e reelaborados a partir de discussões com representantes de outros segmentos produtivos, rurais e urbanos. Ainda no texto do PPA 2008-2011, prevê-se o adensamento dos processos participativos por meio do fortalecimento dos Colegiados Territoriais e da Coordenação Estadual dos Territórios, sendo que "[...] os atores sociais existentes cumpriram uma função estratégica mediando o diálogo nos territórios e viabilizando os processos participativos" (POMPONET, 2012, p. 59). Além disso, são criados o Conselho de Acompanhamento do Planejamento Plurianual (CAPPA), composto por representantes dos territórios, e o Sistema Informatizado de Gestão e

Acompanhamento do Plano Plurianual (SIGA PPA), com o intuito de acompanhar e monitorar sua implantação.

Já o PPA 2012-2015 é orientado pelo documento *Pensar a Bahia* – elaborado, em princípio, para dar origem a mais um plano de caráter estratégico, o Bahia 2023 –, por planos setoriais e por diretrizes definidas em mesas temáticas realizadas com integrantes de várias secretarias. Metodologicamente, seguem-se as linhas do governo federal, associando o planejamento a temas considerados estratégicos e à intersectorialidade e à transversalidade das políticas públicas. A escuta social é mantida e aprimorada, o que resulta na sistematização, validação e organização, segundo eixos estruturantes, de propostas apresentadas pela sociedade civil organizada em plenárias territoriais (BAHIA, 2011; IPEA; SEPLAN; SEI, 2017).

Na construção do PPA 2016-2019, permanece como relevante a escuta das demandas elaboradas pela sociedade civil; ou, em outros termos, junto ao plano de governo, constitui-se em um dos principais fundamentos desse documento. Nesse sentido, coloca-se em foco a necessidade de se planejar para a sociedade. Ademais, considerando-se os aspectos territoriais, ou melhor, "[...] a organização espacial com a qual a população se identifica e estabelece seus vínculos, [o objetivo do plano é] formular políticas públicas mais afins às necessidades de cada região, garantindo assim uma maior efetividade" (BAHIA, 2015, p. 34). Em relação aos procedimentos para definição de programas e ações governamentais, permanece o alinhamento com o PPA da União, priorizando-se a dimensão da estratégia propriamente dita, e buscando-se, ainda, integrá-la às outras dimensões, de natureza tática e operacional. É importante notar que as diretrizes daquele PPA estadual decorrem de análises de cenários prospectivos, das próprias diretrizes políticas governamentais, da avaliação de resultados do PPA estadual anterior e do PPA da União, também para o quadriênio 2016-2019.

Do ponto de vista tático-operacional, busca-se obter avanços na transversalidade, na articulação intra e interinstitucional e na transparência e identificação dos responsáveis pelas ações finalísticas (BAHIA, 2015).

Para o PPA 2020-2023, as melhorias se dão de forma intensa na direção da integração dos diversos instrumentos de planejamento do estado, unindo atores a processos, para garantir avanços institucionais consistentes e permanentes. A elaboração do PDI Bahia 2035, em um esforço conjunto da Secretaria do Planejamento (SEPLAN), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODES), ao apontar visão de futuro, objetivos estratégicos e indicadores com metas para orientação dos próximos quatro PPAs, com indispensável participação social, garante aos próprios PPAs subsequentes uma base estratégica sólida para reflexões sobre os desafios a serem superados e oportunidades a serem aproveitadas pela Bahia e pelos baianos. Além disso, a construção de Planos Estratégicos Organizacionais (PEOs) para diversas secretarias estaduais, em uma iniciativa da Secretaria da Administração (SAEB), com colaboração da SEPLAN, fornece as condições necessárias para que as equipes técnicas do governo, nas suas diferentes estruturas e conforme distintos trabalhos temáticos, possam chegar ao processo de elaboração do próximo PPA, particularmente, com uma visão mais clara acerca dos objetivos, indicadores e projetos estratégicos para o respectivo período quadrienal. Por fim, a definição de ações governamentais prioritárias, considerando-se o Programa de Governo Participativo (PGP) e suas consequentes sinalizações para o PPA e a LOA, a serem monitoradas pela Casa Civil, propiciam maior alinhamento entre os instrumentos oficiais de planejamento e sua melhor gestão.

---

ANDREWS, Christina; KOUZMIN, Alexander. O discurso da nova administração pública. *Lua Nova* – Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 45, p. 97-129, 1998.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr. 1999.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria do Planejamento. *Plano Plurianual Participativo*. PPA 2012-2015. Salvador: SEPLAN, 2011.

\_\_\_\_\_. *Plano Plurianual Participativo*. PPA 2016-2019. Salvador: SEPLAN, 2015.

BORGES, André. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora à "crise de caráter" do Estado. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 119-151, 2000.

\_\_\_\_\_. Democracia vs. eficiência: a teoria da escolha pública. *Lua Nova* – Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 53, p. 159-179, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília, DF: MARE, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs*. Relatório de Pesquisa. Estado da Bahia. Plano Plurianual 2012-2015. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/termo\\_referencia/relatorio\\_pesquisa\\_bahia.pdf](http://ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/termo_referencia/relatorio_pesquisa_bahia.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. 2. ed. Brasília, DF: IPEA, 1996. 2 v.

MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e "hobbesianismo municipal": efeitos perversos da descentralização? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 11-20, 1996.

OLIVEIRA, Nelson de. A conversão obediente ao mandato imperial: reflexão sobre políticas de ajuste impostas pelo Banco Mundial. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 178, p. 21-44, nov. 1998.

POMPONET, André Silva. *Plano plurianual participativo 2008-2011 na Bahia: uma análise*. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Regionalismos contemporâneos. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). *A federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 449-471.

# VISÃO DE FUTURO

## BASES PARA O DESENVOLVIMENTO

### COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

**Assegurar o desenvolvimento da base produtiva, fortalecendo a inserção da economia baiana em cadeias regionais e globais e garantindo a inclusão social e a redução das desigualdades regionais,** por meio do fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação, da infraestrutura produtiva, urbana, rural e social, da rede de cidades de médio e pequeno porte, e do maior acesso à terra.

A Bahia em 2035 contará com uma base produtiva fortalecida, competitiva e inserida nas cadeias regionais e globais, assegurando sua posição de liderança na economia da região Nordeste e destacando-se pelo respeito às diretrizes do trabalho decente. Internamente, a riqueza do estado estará mais bem distribuída dentre seus territórios, garantindo a redução de sua histórica concentração econômica.

### MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

**Garantir a melhoria da qualidade de vida da população baiana, promovendo a garantia de direitos e possibilidades de pleno exercício da cidadania,** com a priorização do combate às desigualdades sociais e da redução da pobreza extrema, esta entendida de forma multidimensional e transversal.

A Bahia em 2035 estará entre os melhores estados para se viver, com sua população incluída de forma sistêmica, tendo assegurada a garantia dos direitos, com o avanço da inclusão social, universalização de acesso a serviços públicos, ao atendimento em saúde e à educação de qualidade, bem como com garantia da segurança alimentar e da assistência social.

### FORMAÇÃO CIDADÃ

**Ampliar o acesso à educação, cultura, esporte educativo e lazer de qualidade com valorização da diversidade, identidade e memória** por meio da promoção de uma inovação curricular de caráter emancipatório, em que se articulem o reconhecimento das especificidades territoriais e a apropriação de conteúdos globais, além de se viabilizar o acesso aos conhecimentos e instrumentos tecnológicos, e se valorizem as diversidades culturais, sociais e econômicas, bem como a inclusão étnico-racial, de gênero, geracional e de pessoas com deficiência.

Em 2035, a Bahia terá escolas como ambiente de fruição e de compartilhamento de saberes, produção de conhecimento e formação integral, que serão espaços promotores de participação das comunidades, de valorização de linguagens, da cultura e de valores identitários.

## GARANTIA DE DIREITOS

**Promover a inclusão, considerando os direitos sociais garantidos constitucionalmente e combatendo qualquer tipo de discriminação e de ameaça à integridade física e psicológica dos cidadãos,** por meio do respeito às características de geração, gênero e étnico-racial e a diversidade, da universalização de acesso a serviços públicos de qualidade, à segurança alimentar e à integridade dos cidadãos, à saúde e à assistência social.

A Bahia garantirá à sua população, em 2035, o conjunto dos direitos constitutivos da humanidade, com ênfase no reconhecimento e na valorização da sua diversidade sociocultural e priorizando a inclusão dos grupos historicamente discriminados.

## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**Assegurar às futuras gerações a sustentabilidade dos recursos naturais nos quatro biomas do estado,** com a adoção de tecnologias limpas, da educação ambiental, do uso sustentável da sociobiodiversidade e dos saberes dos povos e comunidades tradicionais baianas em bases amigáveis com o meio ambiente.

A Bahia em 2035, em consonância com os acordos ambientais internacionais, estará preparada para

garantir às futuras gerações a sustentabilidade dos recursos naturais nos biomas Costeiro, Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado, com a adoção de tecnologias limpas, da educação ambiental e do uso sustentável da sociobiodiversidade, valorizando os saberes tradicionais em bases amigáveis com o meio ambiente.

## GESTÃO ESTRATÉGICA

**Fortalecer a cultura do planejamento e da gestão com uma visão global de Estado, garantindo uma atuação mais eficiente, eficaz e efetiva e a ampliação da transparência e da comunicação social,** por meio da sustentabilidade fiscal do gasto, da valorização do servidor e da ampliação da estrutura de governança, com garantia de participação da sociedade por meio de suas representações.

Em 2035, a Bahia terá fortalecido nos seus processos de planejamento e de gestão e contará com uma visão global de Estado, assegurando-lhe uma atuação mais eficiente, eficaz e efetiva, com expansão da transparência e da comunicação social, garantindo a sustentabilidade fiscal do gasto, a valorização do servidor público e a ampliação da estrutura de governança que viabilize a participação social.



# VISÃO DE FUTURO

## INDICADORES E METAS

INDICADOR	DATA MAIS ATUAL DA INFORMAÇÃO	VALOR MAIS ATUAL DA INFORMAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS			
				2023	2027	2031	2035
Competitividade Sistêmica							
Taxa de desocupação	2018	17,0	%	15,3	13	10,4	9,4
Participação da Bahia no depósito de patentes do Nordeste	2018	16,3	%	18,0	20,0	23,0	25,0
Grau de abertura da economia	2016	17,5	%	20,0	21,0	22,0	23,0
Participação do PIB baiano no PIB nacional	2016	4,1	%	4,1	4,2	4,2	4,3
Melhoria da Qualidade de Vida							
Índice de Desenvolvimento Humano dos estados	2015	0,698	Índice de 0 a 1	0,744	0,768	0,793	0,819
Taxa de mortalidade infantil	2017	15,1	Óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos	13,9	12,9	11,8	10
Índice de Gini	2017	0,60	Índice de 0 a 1	0,580	0,570	0,560	0,550
Percentual da população em condição de extrema pobreza	2017	9,8	%	8,0	7,0	5,0	3,0
Expectativa de vida	2019	74	Anos	75	76	77	77
Formação Cidadã							
Taxa de analfabetismo	2018	12,8	%	11,6	10,2	8,8	7,9
Taxa de distorção idade-série – Ensino Médio (EM)	2017	43,6	%	43,2	35	29	15
IDEB – Ensino Médio (EM)	2017	2,7	Índice de 0 a 10	4,1	4,5	5	5,5

(continua)

(continuação)

INDICADOR	DATA MAIS ATUAL DA INFORMAÇÃO	VALOR MAIS ATUAL DA INFORMAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS			
				2023	2027	2031	2035
Garantia de Direitos							
Razão da renda homens brancos/mulheres negras	2018.3	2,15	Adimensional	1,9	1,7	1,6	1,5
Jovens em situação de vulnerabilidade social	2015	3,6	%	3,2	2,6	1,8	1
Taxa de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	2017	42,0	Óbitos por 100.000 habitantes	26,3	19,2	14,1	10,0
Trabalho infantil entre 5 e 13 anos	2014	6,0	%	3	1	0	0
Sustentabilidade Ambiental							
Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inadequadas, saneamento inadequado e falta de higiene	2016	7,6	Óbitos por 100.000 habitantes	7,0	6,5	5,75	5
Indicador síntese de saneamento	2017	74,4	%	76,0	78,0	80,0	82,0
Área do estado em Unidades de Conservação (UCs)	2016	6.901	Hectare (mil)	7.200	7.600	8.000	8.471
Participação das energias renováveis na oferta interna de energia	2016	33,70%	%	35,0	36,0	38,0	40,0
Gestão Governamental							
Escala Brasil Transparente (EBT)	2018	6,03	Pontos	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil	3º Quartil
Índice de Qualidade Fiscal	2018	C	Não se aplica	B	A	A	A



# EIXOS ESTRATÉGICOS

## **PDI BAHIA 2035**

Para a elaboração de alternativas de políticas e ações para o desenvolvimento integrado da Bahia em 2035, que sejam coesas e duradouras, o presente texto analisa, por eixo estratégico, os principais desafios e tendências de cada tema, buscando vislumbrar novas possibilidades e modelos. A partir dessas análises, propõem-se, ao final de cada texto, objetivos estratégicos, abrindo espaço para a identificação de ações convergentes para atingi-los. Os objetivos propostos, além de referendarem os grandes desafios que a socioeconomia baiana impõe, buscam conduzir a política pública baiana nos próximos 16 anos, para reduzir as deficiências apontadas e estimular investimentos que construam novas bases para o desenvolvimento integrado do estado.



# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CT&I como dinamizador do desenvolvimento

## DIFUNDIR O CONCEITO DE INOVAÇÃO ENTRE OS BAIANOS É ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO, COM SINERGIA DE ATUAÇÃO ENTRE GOVERNO, ACADEMIA E INICIATIVA PRIVADA

A ampla difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como as inovações que os transformam em mais qualidade de vida para as pessoas, são motores para um desenvolvimento inclusivo. Não à toa, popularizar Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) torna-se uma premissa na estratégia de planejamento construída para a Bahia nos próximos 16 anos de trabalho.

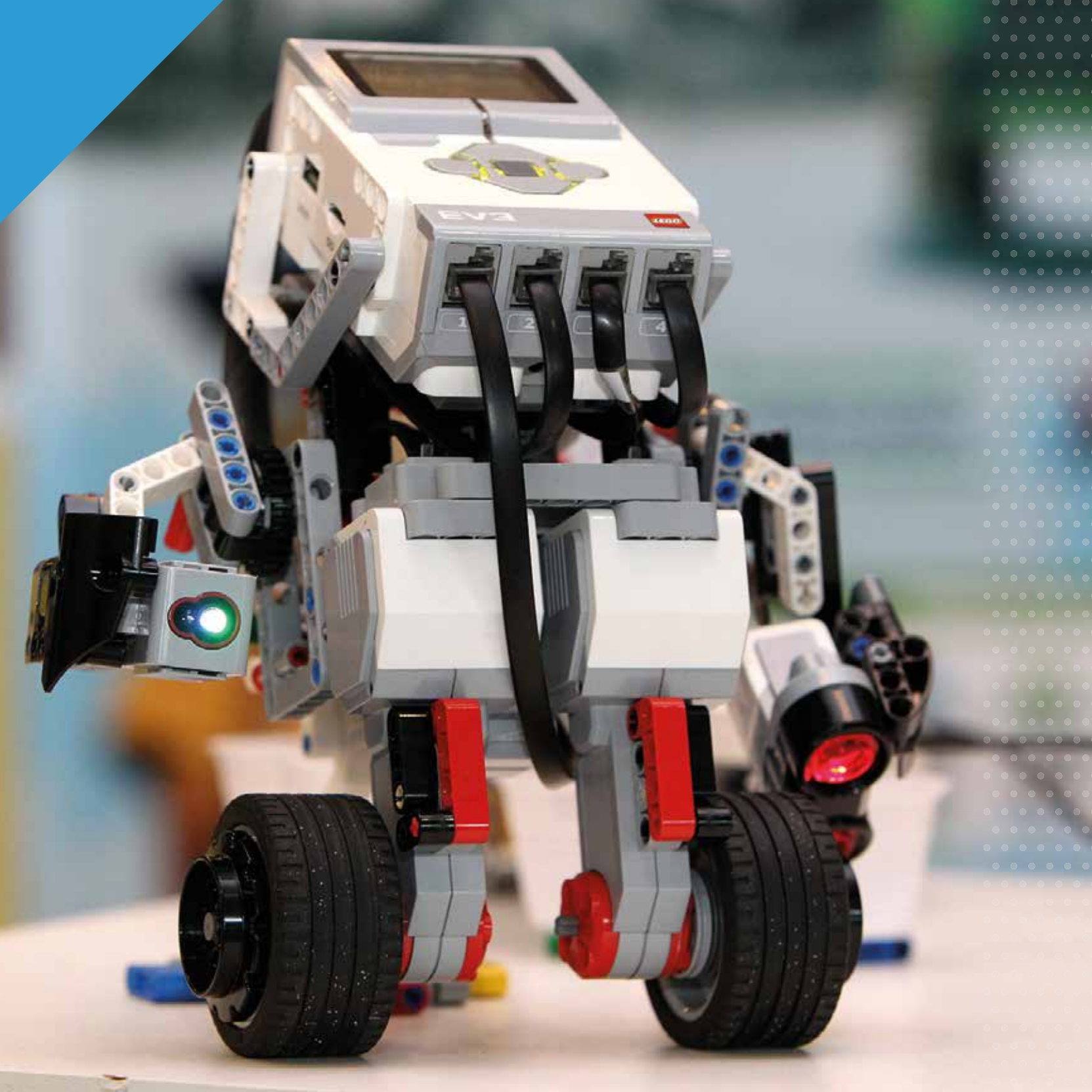
Para consolidar as atividades de CT&I, é crucial o fortalecimento de um Sistema Estadual de Ciência,

Tecnologia e Inovação em que se reforcem a interação e a coordenação entre os diversos setores, de forma que seja possível absorver, divulgar e criar tecnologias disruptivas, com o objetivo de atender aos desafios globais de geração e difusão de inovações. Ressalta-se, assim, o caráter transversal da área, e a importância de investir na articulação institucional entre governo, empresas, universidades, centros de pesquisa, agências de financiamento e sociedade.



A ampla difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como as inovações que os transformam em mais qualidade de vida para as pessoas, são motores para um desenvolvimento inclusivo

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Bahia



Também integram a estratégia de fomento à CT&I para o desenvolvimento sustentável atrair e ampliar os centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no estado, proporcionando ambiente favorável para novos empreendimentos, talentos e patenteamento de inovações. Nesse sentido, qualificar recursos humanos, fomentar e financiar pesquisa e extensão são estratégias que pretendem atrair estudiosos e minorar a evasão de profissionais qualificados.

Na esteira das propostas, destaca-se a importância de reforçar a infraestrutura, reduzir as disparidades regionais e aumentar integração e competitividade do sistema, especialmente nos centros acadêmicos baianos. Foca também as estratégias de mapeamento e apoio às tecnologias sociais, metodologias e técnicas de interação com a população, como forma de promover inclusão social e melhoria de vida.



Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Bahia

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Fortalecer o sistema de CT&I por meio da articulação institucional, garantindo a sinergia de atuação entre governo, academia e iniciativa privada.

Estimular o desenvolvimento das tecnologias sociais, empreendendo estratégias de mapeamento e apoio a iniciativas e potenciais, como forma de promover a difusão tecnológica e a inserção social.

Fortalecer as atividades de CT&I no estado, promovendo a absorção, divulgação e criação de tecnologias disruptivas, atendendo aos desafios globais de geração e difusão de inovações.

Promover a atração e a ampliação de centros de PD&I no estado, garantindo um ambiente favorável para o desenvolvimento de empreendimentos e talentos e estimulando o patenteamento de inovações.

Fomentar a pesquisa e extensão na Bahia de forma a reduzir as disparidades regionais, principalmente nas universidades e centros tecnológicos.



# SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Segurança cidadã com integração de forças



### GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL ARTICULADOS PARA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA CIDADÃ VISAM FOMENTAR UMA CULTURA DE PAZ NA BAHIA E ESTIMULAR A SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

O conceito de segurança cidadã e a filosofia de policiamento comunitário norteiam o planejamento estadual, visando promover uma cultura de paz na Bahia. Integrados ao esforço do Poder Executivo para promoção da paz, no âmbito do Sistema de Defesa Social, encontram-se o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública Estadual, bem como a própria sociedade civil. O governo também buscará maior integração de iniciativas com estados fronteiriços à Bahia, com prefeituras baianas e o governo federal.

A transversalidade imposta pelo tema central do eixo, qual seja, o enfrentamento das causas múltiplas da violência requer integração de projetos e ações nas áreas de educação; saúde; trabalho; emprego; renda; esporte; cultura; assistência social; combate à pobreza; promoção da igualdade racial; políticas para as mulheres; justiça; cidadania e direitos humanos,

além das atividades policiais de repressão à criminalidade, especialmente ao crime organizado, e ações de ressocialização dos internos do sistema penitenciário.

A multicausalidade cultural da violência requer planejamento focalizado para enfrentamento das suas diversas formas de manifestação, especialmente os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Para tanto, são necessários reunir e incorporar o conhecimento científico, oriundo das universidades e de outras organizações e instituições de pesquisa estatais e não estatais; possibilitar, aos formuladores de políticas públicas, acesso facilitado, tempestivo e normatizado, a dados administrativos necessários para pesquisas aplicadas à compreensão da dinâmica social baiana; criar infraestrutura para emprego e desenvolvimento de novas tecnologias e qualificação intensiva de servidores para produção da inteligência policial e pacificadora.

A multicausalidade cultural da violência requer planejamento focalizado para enfrentamento das suas diversas formas de manifestação, especialmente os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

Tais iniciativas colaboram com a transparência na implementação das políticas públicas, promovendo o controle social da violência, segundo princípios da segurança cidadã e do policiamento de proximidade, que estimulam a solução pacífica de conflitos. Possibilitam, ainda, a oferta de políticas públicas setoriais mais ajustadas às necessidades, para minimização dos fatores de risco à defesa e fruição dos direitos humanos, prioritariamente aqueles que atingem mulheres e jovens negros, impedindo-lhes o exercício da cidadania.

Também se mostra relevante promover a reinserção social das pessoas em privação de liberdade, em articulação com os demais poderes estaduais e com apoio de instituições da iniciativa privada. Aplicação de penas alternativas, reeducação pela inserção no mercado de trabalho e estímulo ao empreendedorismo estão entre as propostas para redução da reincidência criminal e reduzir o fluxo de encarceramento e adensamento da população carcerária.

Destacam-se, também, as operações de defesa civil integrando os órgãos que atuam no atendimento a sinistros, desastres e calamidades, visando minimizar os impactos e restabelecer a normalidade social. Outra medida importante é a prevenção de sinistros, tornando-se relevante apoiar as prefeituras baianas para adequação dos respectivos Planos de Desenvolvimento Urbano.

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Promover a produção e incorporação de conhecimento científico, pesquisa e inovação, na formulação das políticas de segurança pública e defesa social, com especial atenção à qualidade e acesso a dados e informações, articulando o conhecimento gerado pela academia, organizações e instituições de pesquisa, assim como movimentos da sociedade civil organizada, buscando obter compreensão sistêmica dos fenômenos da violência, da criminalidade, e das causas sociais de produção de riscos.

Conter as diversas formas de violência, especialmente os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), por meio do emprego da inteligência policial e de ações multidisciplinares e transversais para enfrentamento dos fatores de risco à defesa e fruição da cidadania e dos direitos humanos, prioritariamente os que atingem mulheres e jovens negros, em articulação com o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Ministério Público Estadual a Defensoria Pública Estadual, as prefeituras a União e a sociedade civil.

Qualificar e ampliar o emprego do policiamento comunitário, primando pela confiança e pelo mútuo respeito nas relações entre as forças policiais e a população, buscando a redução dos confrontos armados e maior segurança no meio urbano e rural.

Garantir a sustentabilidade do financiamento das políticas de segurança pública e defesa social para o aperfeiçoamento e modernização das instituições, interiorização das ações e qualificação operacional, de modo a proporcionar maior eficácia e tempestividade na prestação dos serviços de segurança e defesa civil.

Promover e disseminar uma cultura de paz por meio de políticas públicas transversais, em articulação com o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, a Defensoria Pública Estadual e o Ministério Público Estadual, estimulando a assunção da responsabilidade social e o envolvimento da sociedade civil para solução pacífica de conflitos pela prática da justiça restaurativa e trabalho voluntário, em sintonia com as transformações, os anseios e o respeito à diversidade da sociedade baiana.

Promover, com atenção aos direitos humanos, a custódia e a reinserção social das pessoas em privação de liberdade e acompanhar a execução de medidas diversas da prisão, em articulação com o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, a Defensoria Pública Estadual, o Ministério Público Estadual, instituições da iniciativa privada e organizações da sociedade civil, por meio da oferta de políticas públicas, de modo a reduzir a reincidência criminal, o fluxo de encarceramento e, conseqüentemente, o adensamento da população carcerária.

Qualificar e intensificar o uso da inteligência policial em busca de maior eficiência e efetividade das operações contra organizações criminosas, contra o tráfico de armas, de drogas e de pessoas, proporcionando maior segurança aos agentes policiais e para a população.

Ampliar as ações de defesa civil, por meio do fortalecimento da gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação, buscando evitar e minimizar os efeitos de sinistros, desastres e calamidades, bem como colaborar com a administração municipal para adequação dos respectivos Planos de Desenvolvimento Urbano e promover a integração dos órgãos que atuam em todo o estado no atendimento às emergências e desastres, minimizando seus impactos para a população e restabelecendo a normalidade social.



# MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA HÍDRICA

Desafio de crescer e preservar

## CONJUNTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE EQUILIBRAM CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE LEVAM A BAHIA A UM NOVO PATAMAR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

A busca do desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico e preservação ambiental, fundamenta o PDI Bahia 2035. O equilíbrio entre crescimento e sustentabilidade oferece alicerce à agenda de políticas públicas que vem conduzindo o estado a um novo patamar de desenvolvimento, refletido em indicadores econômicos e sociais, inclusão social e respeito às especificidades territoriais, inclusive nas mudanças climáticas e seus impactos, em especial no semiárido baiano.

Como a temática do meio ambiente requer tratamento transversal, nos aspectos econômicos, sociais e político-institucional, é preciso considerar a dimensão ambiental no planejamento integrado das

diversas áreas de atuação do PDI 2035. Uma gestão pública ambiental moderna, capaz de reduzir os conflitos socioambientais e promover a conservação dos biomas, bacias hidrográficas e recursos naturais, segue um planejamento integrado das demais instâncias de governo, pactuado com a sociedade, que busca aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e regulação, fiscalização eficaz e eficiente, com uso de tecnologias como as TICs e sistemas de geoinformação para o controle ambiental.

Na Bahia, o planejamento de meio ambiente e segurança hídrica vem sendo estruturado a partir de um conjunto de políticas públicas que se regem pela relação entre a dinâmica da sociedade e a dos ecos-



Sistema de Abastecimento de Água, em Poço das Pedras, povoado de Manoel Vitorino

sistemas. Traz um foco especial nas políticas para desenvolvimento do planejamento territorial sustentável voltado às especificidades territoriais e de seus ecossistemas.

É preciso aumentar o nível de implementação da gestão de águas, provendo mais informações, enquadramentos e cadastramento de usuários, além de solucionar problemas como a definição sobre a cobrança pelo uso da água, somados à alta porcentagem de captações e lançamentos irregulares.

Também é prioridade proteger a biodiversidade, com conservação de ecossistemas e erradicação do desmatamento ilegal, conservação dos solos e redução dos processos erosivos e desertificação, com ênfase em áreas mais vulneráveis. No caminho, é importante consolidar a gestão e o ordenamento territorial ambiental, zelando pela alocação estratégica das atividades econômicas em áreas de maior potencial e menor vulnerabilidade ambiental, em especial a produção energética renovável e mineral.

Além dos objetivos econômico e ecológico, um desenvolvimento sustentável persegue o objetivo social e o cultural, buscando a redução da pobreza e a ampliação da equidade social com a manutenção dos diversos sistemas sociais e culturais. Para tanto, a proteção à sociobiodiversidade também consta entre os objetivos estratégicos do PDI, no sentido de priorizar os saberes culturais dos povos e comunidades tradicionais e promover atividades voltadas à qualidade ambiental. Por fim, mas não menos importante, a governança ambiental participativa é fundamental para o alcance da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento sustentável. No contexto, integra o elenco de propósitos a educação ambiental como boa prática, assim como transparência e visibilidade às ações.



A proteção à sociobiodiversidade também consta entre os objetivos estratégicos do PDI, no sentido de priorizar os saberes culturais dos povos e comunidades tradicionais e promover atividades voltadas à qualidade ambiental

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA HÍDRICA

Garantir a segurança hídrica e o acesso à água com qualidade e em quantidade adequadas para usos múltiplos, buscando a redução das desigualdades e dos conflitos.

Promover a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.

Proteger a biodiversidade, promovendo a conservação de ecossistemas e a erradicação do desmatamento ilegal.

Promover a conservação dos solos, visando reduzir os processos erosivos e a desertificação, com ênfase em áreas mais vulneráveis.

Fortalecer a governança ambiental com a sociedade, de forma justa, participativa, democrática, tendo a educação ambiental como um elemento estruturante, e dando transparência e visibilidade às ações realizadas.

Proteger a sociobiodiversidade, reconhecendo os saberes tradicionais e culturais dos povos e comunidades tradicionais e desenvolvendo atividades que aprimorem a qualidade ambiental.

Fortalecer a gestão e o ordenamento territorial ambiental, fomentando a alocação estratégica das atividades econômicas em áreas de maior potencial e menor vulnerabilidade ambiental, em especial a produção energética renovável e mineral.





# DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Incluir, crescer e competir

## PLANO FIRMA A DISPOSIÇÃO DE DESCONCENTRAR A GERAÇÃO DE RIQUEZA, INTERIORIZAR O DESENVOLVIMENTO E SUPERAR VULNERABILIDADES, COM DISTRIBUIÇÃO DOS GANHOS E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

As estratégias para o desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável firmadas no PDI Bahia 2035 têm como alicerce a estruturação de um processo que promova o aumento da produção material, com fortalecimento e verticalização das cadeias produtivas, capaz de gerar distribuição dos ganhos, inclusão socioprodutiva, criação de mais empregos formais, além da superação de vulnerabilidades, ampliação do progresso tecnológico e de inovações e garantia da sustentabilidade ambiental.

Para tanto, é importante promover o crescimento do micro ao grande empresário, com prioridade para a agricultura familiar e as organizações e cooperativas. No cerne dos objetivos estratégicos, emerge a desconcentração espacial da geração e distribuição de riquezas por meio do aproveitamento das oportunidades e potencialidades das regiões de menor dinamismo econômico, visando reduzir as desigualdades regionais do estado. Dessa maneira, direciona-se especial atenção às populações mais vulneráveis, integrando-as aos mercados nacional e global.

O desenvolvimento pretendido também resulta da ampliação e diversificação da matriz produtiva baiana e requer fortalecimento dos elos entre produção e comercialização e do apoio à consolidação de arranjos produtivos e novos empreendimentos com potencial de expansão. Em paralelo, pretende reforçar a infraestrutura e a logística com foco em setores estratégicos, levando em conta as especificidades sociais, espaciais e produtivas, com preocupação quanto à sustentabilidade ambiental e ao respeito aos povos e comunidades tradicionais.

Em transversalidade com a área de CT&I, também consta, entre os objetivos estratégicos, a modernização

tecnológica dos parques industrial, agroindustrial e de serviços e o avanço na integração com as redes institucionais de pesquisa e inovação, visando atrair empreendimentos mais dinâmicos e intensivos em PD&I, além de fortalecer a presença no cenário da inovação tecnológica e produtiva.

Mas a noção de desenvolvimento produtivo avança em relação à ideia de crescimento econômico estrito, envolvendo também implicações sociais, tecnológicas e ambientais. Daí vem a importância de estimular a criação de novos empreendimentos solidários e do empreendedorismo de negros e mulheres, ampliando oportunidades de ocupação, emprego e renda e por meio de políticas que promovam a qualificação, a assessoria técnica e o financiamento desses sujeitos. Também os segmentos da cultura estão contemplados no vetor de crescimento, ampliando o acesso a mercados internos e externos para bens, produtos e serviços com referenciais culturais.

No turismo, setor responsável pela dinamização de 54 segmentos produtivos (atividades direta, indireta e induzida) e geração de emprego e renda, o planejamento visa promover a ampliação e integração das cadeias produtivas, valorizando os patrimônios natural e cultural, consolidando a infraestrutura e a prestação de serviços.

No suporte ao eixo, o PDI Bahia 2035 busca fortalecer o ambiente legal, institucional e mercadológico de atuação das micro e pequenas empresas, visando à maior sustentabilidade e crescimento dos empreendimentos no mercado. Esse processo prioriza as questões tributárias, creditícias, tecnológicas e de formação de redes de cooperação e apoio.



Catadores recolhem mais de 90 toneladas  
de resíduos sólidos do circuito do Carnaval  
Na foto: Maria Cristina - catadora

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

## DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Desconcentrar espacialmente a geração de riqueza e melhorar socialmente sua distribuição, desenvolvendo estratégias para aproveitar as oportunidades e potencialidades das regiões de baixo dinamismo econômico, integrando-as aos mercados nacional e global e incluindo as suas populações, em especial as mais vulneráveis.

Promover a ampliação e a diversificação da matriz produtiva baiana, buscando o fortalecimento dos elos de produção e comercialização, apoiando a formação e a consolidação de arranjos produtivos e novos empreendimentos com potencial de expansão.

Modernizar tecnologicamente os parques industrial, agroindustrial e de serviços, integrando-os às redes institucionais de pesquisa e inovação e atraindo empreendimentos mais dinâmicos e intensivos em PD&I, e fortalecendo a participação da Bahia no cenário da inovação tecnológica e produtiva.

Estimular o desenvolvimento de empreendimentos solidários e do empreendedorismo de negros e mulheres ampliando oportunidades de emprego e renda e priorizando a qualificação, a assessoria técnica e o financiamento.

Promover o desenvolvimento e integração das cadeias do turismo, fortalecendo a infraestrutura e a prestação de serviços turísticos e reconhecendo e valorizando os diversos patrimônios natural e cultural, visando alavancar o potencial turístico das regiões do estado, e assegurar a geração de emprego e renda.

Fortalecer o ambiente legal, institucional e mercadológico de atuação das micro e pequenas empresas, buscando sua maior sustentabilidade e ampliando a possibilidade de crescimento desses empreendimentos no mercado, priorizando as questões tributárias, creditícias, tecnológicas e de formação de redes de cooperação e apoio.

Elevar a participação dos segmentos da cultura no vetor de desenvolvimento da economia, ampliando o acesso a mercados internos e externos para bens, produtos e serviços com referenciais culturais.



# EDUCAÇÃO

Educação para emancipação do sujeito

## REFORÇAR A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO QUE PROMOVA A AUTONOMIA DOS SUJEITOS, FOMENTANDO A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A CAPACIDADE DE ATUAR EM SOCIEDADE, INTEGRANDO E INTERAGINDO COM AS ESPECIFICIDADES E IDENTIDADES REGIONAIS

A universalização do acesso à educação na Bahia tem norteado as ações governamentais ao longo dos últimos dez anos, tornando possível impulsionar as políticas de interiorização na Educação Básica e no Ensino Superior, com aumento de vagas, cursos e projetos voltados para a integração das escolas com cada Território de Identidade do estado.

Para os próximos 16 anos de trabalho, as estratégias propostas para a educação no PDI Bahia 2016-2035 focam a qualidade e a melhoria no sistema educacional. Acesso, permanência e desempenho escolar, valorização dos profissionais de educação e das condições de trabalho e formação contextualizada serão prioridade.

No Ensino Médio, a educação contextualizada, articulando aspectos territoriais e globais às inovações curriculares de caráter emancipatório, estará na centralidade das ações. Ela estará voltada à ampliação do acesso aos conhecimentos e instrumentos tecnológicos, valorizando as diversidades culturais, sociais e econômicas, com inclusão étnico-racial, de gênero, geracional e de pessoas com deficiência (PcD). A ampliação da oferta da Educação Profissional e Tecnológica, contextualizada e articulada com os arranjos produtivos territoriais, também estará priorizada. E com ela está a busca da consolidação das dimensões trabalho, ciência, tecnológica, cultural e histórica articuladas ao contexto social dos territórios de identidade.

No planejamento das estratégias para o Ensino Superior, tendo como premissas a equidade para o acesso e permanência, a qualidade e a produção do conhecimento científico, com fundamento de pesquisa e extensão, o objetivo também é promover a integração das instituições de Ensino Superior com as comunidades em que estão inseridas. O objetivo é fomentar a integração das instituições de Ensino Superior com os aspectos sociais, econômicos e culturais dos Territórios de Identidade, em consonância e apoio à Educação Básica, articulando conhecimento científico e inovação tecnológica, reconhecendo e estimulando o seu papel na potencialização do desenvolvimento territorial.

Integra o leque de objetivos estratégicos para os próximos anos consolidar o acesso, permanência e equidade, pós-permanência desses estudantes nos IES, visando corrigir distorções históricas, em busca da equidade por meio de ações afirmativas articuladas com o ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, na gestão universitária, faz-se prioritário promover a sustentabilidade econômica das universidades estaduais, o monitoramento e avaliação dos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, aperfeiçoando os marcos legais e econômicos das demandas administrativas e acadêmicas. Com isso, prioriza-se avançar na efetivação do Plano Estadual de Educação e dos planos políticos pedagógicos.

A photograph of a classroom where several students are seated at white desks, working on laptops. In the foreground, a young woman with dark hair tied back is focused on her laptop screen. Next to her, another student is partially visible, also working. In the background, other students are visible, some looking at their laptops and others talking. The classroom has white walls and blue chairs.

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### EDUCAÇÃO

Promover inovação curricular de caráter emancipatório por meio da educação contextualizada, em consonância com os aspectos territoriais e globais, com acesso aos conhecimentos e instrumentos tecnológicos, valorizando as diversidades culturais, sociais e econômicas, bem como a inclusão étnico-racial, de gênero, geracional e pessoas com deficiência.

Consolidar a escola como ambiente de fruição e compartilhamento de saberes, produção de conhecimento e formação integral, promotora de espaço participativo em relação à comunidade a que pertence, valorizando a linguagem, a cultura e os valores identitários que corroborem com o sentimento de pertencimento dos estudantes.

Aprimorar a gestão educacional possibilitando o monitoramento, acompanhamento e avaliação dos aspectos pedagógicos, administrativo e financeiro, com destaque para a efetivação do Plano Estadual de Educação e os planos políticos pedagógicos.

Garantir a valorização dos profissionais de educação, as condições de trabalho e a formação contextualizada, otimizando a relação de ensino-aprendizagem pautada no perfil dos estudantes, suas áreas de interesses, suas linguagens e tecnologias, seus aspectos sociais, culturais e o contexto em que estão inseridos.

Promover educação contextualizada da Educação Profissional e Técnica em consonância com os arranjos produtivos territoriais, consolidando as dimensões do trabalho, da ciência, tecnologia e cultura articuladas com a dimensão histórica e com o contexto social dos territórios.

Consolidar o acesso, permanência, pós-permanência no IES, visando corrigir distorções históricas, em busca da equidade por meio de ações afirmativas articuladas com ensino, pesquisa e extensão, considerando os aspectos étnico-racial, de gênero, geracional e socioeconômico.

Promover a integração das instituições de Ensino Superior com as comunidades em que estão inseridas, fortalecendo seu papel no desenvolvimento territorial a partir da articulação da produção de conhecimento científico, da geração de inovação tecnológica, com compromisso com a Educação Básica e a formação para o trabalho segundo as demandas locais e territoriais.

Promover a sustentabilidade econômica das universidades estaduais e o desenvolvimento da gestão universitária, com monitoramento e avaliação, aperfeiçoando os marcos legais e econômicos das demandas administrativas e acadêmicas.





# DESENVOLVIMENTO RURAL

O despertar de um novo rural

## AMPLIANDO A NOÇÃO DE RURAL PARA ALÉM DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, O DESENVOLVIMENTO DO MUNDO RURAL ENSEJA UM ESPAÇO HÍBRIDO, MULTIFACETADO E PLURIATIVO, QUE SUPERE O HISTÓRICO DE INIQUIDADES E ELEVE A QUALIDADE DE VIDA

A Bahia possui a maior população rural do Brasil, com 3.914.430 habitantes, perfazendo 27,9% (IBGE, 2010) do total do estado, e tem, em cerca de 86% de seus municípios população inferior a 40 mil habitantes. Além disso, o Semiárido abarca mais da metade do seu território, ou seja, sob condições edafoclimáticas restritivas à produção agropecuária, encontra-se um grande conjunto de pessoas. O desafio não é pequeno.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, na imensidão dos 56 milhões, há 762 mil estabelecimentos agropecuários, ocupando cerca de 2,1 milhões de pessoas, entre agricultores familiares e não familiares, produzindo tanto as *commodities* exportáveis quanto a maior parte dos componentes alimentares que contribuem para a segurança alimentar e nutricional da população baiana.

Nesse sentido, o desenvolvimento de longo prazo do mundo rural está orientado segundo três elementos estruturantes: a questão agrária e a estrutura fundiária, tratando as relações sociais de produção e de como está distribuída e é usada a terra; as formas de produção, notadamente a agropecuária, de pequena a grande escala, considerando também o potencial para outras atividades não características do mundo rural; e a ruralidade, atentando para as condições de vida e de reprodução social. Assim, compreende-se o rural sob uma perspectiva territorial e não exclusivamente setorial, tipicamente agropecuária, configurando-se o como espaço de objetivação da vida cotidiana.

Enfrentar o problema da questão agrária e da estrutura fundiária, originada no processo de colonização, é

fundamental para o desenvolvimento e relaciona-se com a qualidade e quantidade das ocupações, com as remunerações e com o modo de vida dos trabalhadores. Implica, ainda, o enfrentamento dos fenômenos relativos aos conflitos referentes à posse e ao uso da terra, ao acesso e ao uso da água, e, saliente-se, às práticas de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo.

A dimensão produtiva do desenvolvimento rural mostra-se complexa e multifacetada. É necessário considerar a aparente contradição entre a produção em larga escala, mecanizada, com tecnologias de ponta e altíssima produtividade, frente às atividades de subsistência, com práticas tradicionais de plantio e colheita; a questão da sustentabilidade e a utilização de agrotóxicos em contraste com métodos agroecológicos; o fomento à pluriatividade e às novas ruralidades associadas ao desenvolvimento territorial e regional.

Dessa forma, buscamos a adequação de serviços públicos diversos, passando pela oferta daqueles tipicamente privados ou que estão substancialmente fora da esfera do governamental. Equacionar a trinca questão agrária/fundiária – ruralidade – produção é tarefa complexa e prescinde de pressupostos conservadores.





## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

## DESENVOLVIMENTO RURAL

Promover a reorganização fundiária, visando à democratização dos espaços rurais, combatendo a concentração e a especulação da terra e da produção, valorizando em especial os pequenos e médios produtores, os povos originários e as comunidades tradicionais.

Promover espaços rurais mais vibrantes e plurais com a oferta de serviços que considerem as especificidades dos territórios, as novas ruralidades e suas dinâmicas e sejam capazes de garantir a diversidade cultural, uma melhor qualidade de vida às populações rurais, um horizonte cativante à juventude, e o respeito à autonomia e à dignidade das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais.

Estimular uma economia rural sustentável e dinâmica, impulsionando a desconcentração regional e a diversificação de segmentos, promovendo a integração de espaços rurais e urbanos e o encadeamento de atividades logisticamente integradas a mercados locais, regionais e globais.

Promover a geração de trabalho, emprego e renda, estimulando empreendimentos que valorizem formas de produção associativas e intensivas em trabalho que contemplem o tradicional e o moderno, a grande e a pequena escala, que promovam a transição agroecológica e disseminem a convivência com o Semiárido como estratégia de bem-estar e fonte de riqueza.

Elevar o patamar de produção agroindustrial, estimulando a incorporação e a difusão de tecnologias e formas de produção agroecológicas, sustentáveis e agregadoras de valor, dinamizando sua articulação interna e promovendo sua competitividade externa.

Enfrentar a pobreza e extrema pobreza rural, promovendo políticas públicas de estímulo e suporte à produção, ao trabalho digno e ao crescimento econômico mediante assistência técnica e extensão rural abrangente e permanente,



# DESENVOLVIMENTO URBANO E REDE DE CIDADES

Governança urbana e integração regional



### MAIOR INTEGRAÇÃO DA REDE URBANA EXIGE SOLUÇÕES CONSTRUÍDAS EM PARCERIA, DE FORMA MULTIDISCIPLINAR E MULTISSETORIAL, MOBILIZANDO TODO CONHECIMENTO DISPONÍVEL NA SOCIEDADE

O desafio de construir novas bases para o desenvolvimento urbano integrado, sustentável e inclusivo da Bahia nos próximos 16 anos parte do entendimento de que o passivo histórico relativo à organização das cidades ainda impõe limites à prosperidade. A complexidade dos problemas exige soluções construídas em parceria, de forma multidisciplinar e multissetorial, para além dos organismos ou entidades governamentais, mobilizando todo conhecimento disponível na sociedade em benefício da mobilização global em torno da governança urbana e da democratização dos processos decisórios.

Para tanto, é passo fundamental alimentar um convívio harmônico entre as cidades, baseado na educação e na participação cidadã, consolidando os fluxos sociais e econômicos com fortalecimento do desenvolvimento tecnológico. Na esteira do processo, firmam-se as articulações intersectoriais e intergovernamentais de apoio aos municípios, com interiorização da infraestrutura técnico-científica e mais funcionalidade dos sistemas de informações.

Entretanto, para os pequenos municípios, a baixa dinâmica econômica e o reduzido tamanho populacional

são características que dificultam a dinamização produtiva e de um mercado consumidor interno. Assim, um dos grandes desafios a ser enfrentado no PDI Bahia 2035 será o de promover maior articulação da rede de cidades da Bahia, potencializando suas já mais proeminentes centralidades, induzindo a formação de outras, com vistas a melhor atender às demandas dos cidadãos, em termos de acesso a serviços públicos e privados, e a estimular o desenvolvimento e a integração de atividades econômicas com capacidade de dinamizar o desenvolvimento intra e inter-regional.

A melhoria da qualidade de vida nas cidades também cresce ao tempo em que se fortalece a infraestrutura urbana, com serviços socioambientalmente adequados e prioridade à gestão compartilhada e consorciada, consolidando as instâncias de democracia participativa. O equilíbrio sistêmico das dimensões social, ambiental e econômica requer constante aprimoramento nas condições de mobilidade, habitação, infraestrutura hídrica, saneamento básico, manejo e destinação final dos resíduos sólidos, espaços de lazer, além dos diversos equipamentos e serviços públicos para atendimento das necessidades dos cidadãos.

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### DESENVOLVIMENTO URBANO E REDE DE CIDADES

Fortalecer a elaboração e a implementação de planos e políticas para um desenvolvimento urbano integrado, sustentável e inclusivo, com a melhoria da funcionalidade dos sistemas de informações, considerando as estruturas de governança e os fluxos da rede de cidades, em suas dinâmicas verticais e horizontais.

Promover a ampliação e o fortalecimento da infraestrutura urbana, considerando o equilíbrio sistêmico das dimensões social, ambiental e econômica, com vistas à redução das vulnerabilidades e à melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Criar instrumentos e mecanismos que promovam a melhoria nas condições de mobilidade e habitação nas cidades, com redução das vulnerabilidades e equilíbrio na distribuição espacial dos usos e serviços urbanos.

Promover a redução do *déficit* de saneamento básico, assegurando a infraestrutura e os serviços socioambientalmente adequados, priorizando a gestão compartilhada e consorciada.

Promover a melhoria de vida das pessoas para um convívio mais harmônico nas cidades, estimulando a educação e a participação cidadã e elevando os fluxos sociais e econômicos, com fortalecimento do desenvolvimento tecnológico.

Intensificar as articulações intersetoriais e intergovernamentais de apoio aos municípios, fortalecendo a governança urbana.





# SAÚDE

Equidade em saúde

## PLANO REFORÇA DISPOSIÇÃO DE GARANTIR ACESSO À SAÚDE, RESPEITANDO AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS E PRIORIZANDO OS GRUPOS SOCIAIS MAIS VULNERÁVEIS

A saúde é um dos direitos fundamentais do homem, reconhecida como essencial para o bem-estar, segurança e paz social. Na Constituição de 1988, destacam-se seu caráter universal e o dever do Estado de torná-la acessível a todos, independentemente de condições econômicas, culturais, de gênero, de raça/etnia etc. No entanto, esse ideal ainda não se concretizou plenamente. Além disso, persistem contextos que reproduzem as desigualdades entre grupos sociais e regiões. Atento a como essas situações se expressam no estado, o PDI Bahia 2035 tem como um de seus principais compromissos a promoção da equidade em saúde.

Cabe reconhecer que são distintos e complexos os fatores que interferem na condição de vida de uma população. Na Bahia, em especial, a esses elementos se aliam a diversidade que caracteriza sua socioeconomia e dinâmica territorial. Então, a proposição de políticas que visem dar conta das múltiplas e acumuladas demandas em relação à saúde exige articulação intersetorial, descentralização e qualificação dos serviços que lhes são particulares, por meio da implementação da rede de atenção à saúde.

Nesse sentido, a Atenção Básica, porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), e o impulso às ações de vigilância em saúde, que reduzem riscos de adoecimento e de danos à saúde, emergem como centrais. Afinal, seu fortalecimento repercute em melhoria da condição de saúde e no atendimento prioritário aos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, cernes deste plano.

Para tanto, são fundamentais os avanços no campo do saber, com a produção e a incorporação de conhecimento científico e com a apropriação das inovações sociais; nas estratégias que orientam o trabalho e a educação na saúde; e no empenho quanto à garantia da sustentabilidade do SUS-BA. A consolidação dessa proposta é orientada, ainda, pela evolução dos processos de descentralização dos serviços e ações de saúde com respeito às especificidades regionais; pela participação social no planejamento e gestão das políticas de saúde; e pelo efetivo apoio aos municípios no exercício de suas competências.



A proposição de políticas que visem dar conta das múltiplas e acumuladas demandas em relação à saúde exige articulação intersetorial, descentralização e qualificação dos serviços que lhes são particulares, por meio da implementação da rede de atenção à saúde

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### SAÚDE

Promover a equidade em saúde por meio do acesso universal às ações e serviços de saúde, de forma integral e regionalizada, priorizando as populações vulneráveis.

Promover o acesso integral à saúde considerando as especificidades epidemiológicas, sanitárias, ambientais, demográficas, socioeconômicas e culturais da população, priorizando as necessidades dos grupos sociais excluídos, discriminados ou estigmatizados, por meio da rede de atenção.

Fortalecer o papel da Atenção Básica como ordenadora da rede e coordenadora dos cuidados em saúde.

Garantir a sustentabilidade do SUS-BA, por meio da ampliação da participação estadual no financiamento, investindo na rede pública, em articulação interfederativa, assegurando o acesso à saúde como direito universal e igualitário.


Promover a produção e a incorporação de conhecimento científico, investindo em pesquisa e inovação, visando atender às necessidades do SUS.

Fortalecer ações e serviços de vigilância em saúde visando à redução dos riscos de adoecimento, danos à saúde e mortes evitáveis.

Fortalecer a Política Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde por meio da gestão, regulação e despreciação dos vínculos, da formação, das condições, relações e processos de trabalho no SUS-BA.

Assegurar a participação da sociedade no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde, fortalecendo o controle social.





# IGUALDADE DE RAÇA E DE GÊNERO E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Igualdade de direitos e redução das iniquidades  
como elemento de desenvolvimento



## É NECESSÁRIO FOMENTAR E ARTICULAR AS AÇÕES PÚBLICAS E EM PARCERIA COM A SOCIEDADE CIVIL QUE COMBATAM AS VIOLÊNCIAS E PROMOVAM A EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO

O racismo e a violência de gênero são também desafios fundamentais para a promoção do desenvolvimento. Tais padrões de conduta caracterizam socialmente a formação socioeconômica baiana: patriarcal e, por séculos, escravocrata. Em uma sociedade marcadamente desigual, a diferença de raça e de gênero foi historicamente utilizada e sistematicamente reforçada para justificar relações de dominação, exploração e violências reais e simbólicas. A atualidade dessas condutas pode ser comprovada, além de outros indicadores, pelo número de feminicídios e de homicídios que vitimam a população negra. Como traços estruturantes que alcançam desrespeitosamente a maioria da população, negros e mulheres, a promoção da igualdade de raça e gênero e o combate ao racismo são requisitos essenciais para a transformação dos padrões das relações étnico-raciais e de gênero hoje ainda vigentes.

Os critérios organizadores das relações sociais devem se pautar na conquista da cidadania e na defesa incansável dos direitos humanos; não na diferença de raça e gênero, que promove uma inserção injusta e violenta. O Estado, portanto, precisa garantir que os direitos, nesse caso específico dos negros e das mulheres, sejam protegidos. Assim, deve-se considerar a questão racial e de gênero como dimensão estratégica central na resolução da desigualdade social, considerando as superposições interseccionais. Isto requer um modelo de desenvolvimento que seja

inclusivo para a população negra, para as mulheres e para os povos e comunidades tradicionais.

Sobre os povos e comunidades tradicionais, é necessário o devido reconhecimento desses agrupamentos como portadores de futuro, porque organizados social e economicamente sob valores, princípios e práticas que fogem a lógica capitalista restrita. O estado da Bahia reconhece 10 segmentos de povos e comunidades tradicionais: povos de terreiros, povos indígenas, ciganos, quilombolas, extrativistas, pescadoravs, marisqueiras e geralzeiros e fundo e fecho de pasto. Embora haja tal reconhecimento e se tenha avançado nas políticas públicas para estes segmentos sociais, o estado da Bahia ocupa o terceiro lugar no *ranking* de mortes no campo, a despeito das iniciativas do governo estadual para a mediação dos conflitos.

A partir das reflexões organizadas nesse eixo, o planejamento a longo prazo pretende: fomentar e articular as ações públicas e em parceria com a sociedade civil que combatam as violências e promovam a emancipação do sujeito – negros, mulheres, povos e comunidades tradicionais, por meio da garantia de direitos, oportunidades de geração de trabalho e renda; valorizar a autonomia e o acesso a bens e serviços públicos de qualidade; e contribuir substancialmente para a estruturação de novas sociabilidades possíveis e necessárias.



## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### IGUALDADE DE RAÇA E DE GÊNERO E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Produzir conteúdos em várias linguagens da comunicação, que proporcionem reflexões sobre problemáticas vivenciadas no dia a dia das mulheres relativas às questões de gênero, raça e classe.

Promover e implementar políticas públicas voltadas para a construção da autonomia econômica e social das mulheres.

Realizar parcerias e alianças estratégicas com fim de atender e expandir a transversalidade das ações nas diversas áreas e serviços públicos.

Desenvolver e promover políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Promover a intersecção das políticas públicas de modo a enfrentar o racismo e a intolerância religiosa, a feminização da pobreza, além de trabalhar pela democratização da terra, o acesso à moradia e a programas de inclusão sócio-produtiva pautado no etnodesenvolvimento.

Potencializar e ampliar os pilares básicos da afirmação identitária, reconhecendo e fortalecendo aspectos da pluralidade do território baiano, devido às suas heranças ancestrais.

Incorporar o combate ao racismo como parâmetro fundamental das estratégias de desenvolvimento expressas na criação de políticas afirmativas, valorização da diversidade cultural, cultivo da biodiversidade e justiça socioambiental em garantia aos direitos de grupos historicamente excluídos, negros, mulheres, povos e comunidades tradicionais.

Promover mudanças significativas no tecido social a partir da transformação dos padrões das relações étnico-raciais, que contribuam para a desconstrução da cultura da violência e do racismo institucional, elevando a perspectiva de vida dos jovens negros e das mulheres negras.

Desenvolver mecanismos que garantam a participação da sociedade civil na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, identificando, inclusive, as formas como se darão este engajamento.

Promover a sustentabilidade econômica e organizacional das estruturas que coordenam e executam as políticas de promoção da igualdade racial, para as mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Desenvolver ações cooperadas entre organismos nacionais e internacionais, público e privado, com vistas à inclusão social e econômica das populações atingidas pelas desigualdades raciais, observando as dimensões reparatória e compensatória.

Combater a violência contra a juventude negra e indígena, por meio do desenvolvimento de políticas de combate ao racismo institucional nas forças de segurança.





# ASSISTÊNCIA SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS

Populações assistidas e direitos assegurados



NÃO É POSSÍVEL PENSAR O FUTURO DA BAHIA SEM CONSIDERAR AS DIFERENÇAS COMO POTENCIALIDADES PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO, BASES FUNDAMENTAIS DE UM PROCESSO CIVILIZATÓRIO POSTO EM MOVIMENTO EVOLUTIVO, E NÃO COMO TRAÇOS HIERARQUIZANTES, COMO JUSTIFICATIVAS PARA SUBORDINAÇÕES

O PDI Bahia 2035 reúne a Assistência Social e a Garantia de Direitos em um eixo estratégico com o objetivo de fortalecer e estruturar as políticas públicas que atuam diretamente junto à população vulnerabilizada pelas características da formação social e econômica do Brasil e da Bahia. As análises, sincrônicas ou diacrônicas, do tempo histórico evidenciam que tais características – capitalismo subdesenvolvido, constituído a partir de uma sociedade escravocrata e patriarcal – promovem estruturalmente a pobreza e o aviltamento da cidadania para grande parte dos baianos e baianas. Assim, para fazer frente às consequências nefastas desse sistema, o estado se planeja estrategicamente.

A Assistência Social, em conjunto com a Saúde e a Previdência, compõe o que a Constituição Federal define como sistema de seguridade social. É regida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), possui

estruturado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e diversos outros instrumentos normativos que estabelecem diretrizes e disciplinam a execução da política. Prevê os mínimos sociais para o atendimento às necessidades básicas de segmentos populacionais vulneráveis ou em risco e determina que, para o enfrentamento da pobreza, sua realização se dará de forma integrada às demais políticas setoriais. Os objetivos da política de Assistência Social se agrupam em três dimensões: Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa de Direitos. No caso brasileiro, pelos termos e conceitos apresentados em todos os dispositivos balizadores, é nítida a relação direta que se estabelece entre as provisões socioassistenciais e a identificação da pobreza. Então, em um cenário de agravamento das condições de pobreza da população, mais substantiva deve ser a política de Assistência.

A Assistência Social, em conjunto com a Saúde e a Previdência, compõe o que a Constituição Federal define como sistema de seguridade social.



A garantia de direitos, por seu turno, agrupa sob uma terminologia genérica e plural as iniciativas que visam garantir a proteção à vida, a integridade física e psíquica e a inserção social virtuosa de grupos populacionais que se encontram em risco pessoal e/ou violação de direitos. Para além de um eixo estratégico, trata-se aqui do primeiro e fundamental patamar de respeito às condições pessoais de existência, que hoje são violentadas estruturalmente atingindo de forma mais contundente mulheres, negros, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, em sofrimento psíquico, povos e comunidades tradicionais, população LGBT, moradores de rua, usuários de substâncias psicoativas.

Muito embora o arcabouço institucional esteja delineado, garantindo estruturação legal para as iniciativas públicas e em parceria com a sociedade civil no campo da Assistência Social e da Garantia de Direitos, a excelência da prestação do serviço e a efetividade das ações carecem de investimento financeiro e em pessoal. Nunca é demais lembrar que a Assistência Social e a Garantia de Direitos se caracterizam pelo alto grau de complexidade de suas ações, graças à diversidade dos grupos a serem atendidos, considerando a interseccionalidade (estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação), e a natureza da intervenção: trata das expressões da questão social e do fortalecimento de vínculos intersubjetivos, no âmbito familiar, comunitário e social.

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

ASSISTÊNCIA SOCIAL E  
GARANTIA DE DIREITOS

Garantir a integralidade e a intersectorialidade das políticas públicas e a implantação de ofertas regionalizadas e territorializadas de serviços.

Garantir ao usuário da rede socioassistencial a efetividade do direito à escuta, ao acolhimento e ao lugar de protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas pelos serviços de ação continuada, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infraestrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo.

Compor a gestão estadual com as estruturas essenciais para o desenvolvimento das funções da política de assistência social, com ênfase na Vigilância Socioassistencial, e de segurança alimentar e nutricional, considerando sua amplitude e complexidade, englobando desde a fome até a obesidade.

Promover a visibilidade social da pessoa com deficiência, ampliando a acessibilidade nas suas sete dimensões, permitindo a inclusão nas diversas esferas da sociedade.

Promover a proteção e a promoção social da população LGBT, combatendo o preconceito e a violência sofrida, fomentando iniciativas de geração de trabalho e renda e garantindo a visibilidade de suas questões junto às demais políticas públicas.

Fomentar iniciativas da sociedade civil, voltadas para atenção, prevenção, cuidado e reinserção social.

Ampliar espaços de participação e controle social das políticas públicas geracionais.

Fortalecer o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, visando assegurar a sua proteção integral em consonância com a política estadual de direitos humanos da criança e do adolescente, inclusive o enfrentamento à exploração e ao turismo sexual de crianças e adolescentes no estado da Bahia.

Assegurar ações de proteção e reinserção social de grupos estratégicos vulneráveis e seus familiares que se encontram em situação de risco pessoal e de violações de direitos.



# INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Integração e mobilidade para o desenvolvimento

## MODERNO SISTEMA LOGÍSTICO INTEGRADO E MAIOR OFERTA DE ENERGIA E BANDA LARGA GERAM SUPORTE PARA DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E INTERIORIZAÇÃO DO CRESCIMENTO

A infraestrutura para alavancar investimentos emerge como importante elemento nas formulações estratégicas do PDI 2035 para o desenvolvimento baiano. Nessa perspectiva, cabe investir na desconcentração regional das atividades econômicas, apoiada em uma estrutura consolidada de vias logísticas de transporte de carga e escoamento da produção. Avançar na execução de projetos estruturantes, consolidando um moderno sistema logístico integrado, vai contribuir para dinamizar regiões com potencial de crescimento.

A estruturação de um sistema multimodal de transporte impulsiona não só a atração de novos investimentos, como a diversificação e o adensamento produtivo, além de maior competitividade. Para tanto, a

ampliação, a integração e a modernização da matriz logística de transportes exigem a qualificação das vias, pontes, portos e aeroportos em áreas de produção agropecuária, minerais, zonas industriais e comerciais. Cabe, também, articular o sistema com os serviços e as atividades de cada setor em torno de nós logísticos, para estimular o desenvolvimento de cidades do interior e zonas portuárias e aeroportuárias, visando atender aos setores produtivos, mas levando em conta as especificidades e garantindo sustentabilidade ambiental, com respeito aos povos e comunidades tradicionais.



Em relação à questão energética, são princípios norteadores do plano a garantia da segurança energética, mantendo a confiabilidade do suprimento, a sustentabilidade ambiental, priorizando o fomento de energias renováveis e minimizando os impactos sociais e ambientais dos projetos de geração de energia, e garantir a equidade no acesso à energia, promovendo sua universalização e a modicidade tarifária. Para tanto, é necessário investir na exploração do potencial do estado para a produção de energias limpas, em especial a eólica, a solar e de biomassa, e a ampliação da capacidade de atender à demanda, fortalecer o sistema de transmissão, distribuição, além de criar mecanismos que possam ampliar a capacidade de pagamento dos consumidores.

Já a conectividade é fundamental para a difusão e o acesso da informação e do conhecimento, para a coordenação dos processos produtivos e tomada de decisões, além de possibilitar o atendimento das demandas de forma mais rápido. No mundo atual, marcado por um novo paradigma tecno-produtivo, onde as TICs, as indústrias 4.0 e a necessidade crescente de transmissão de dados e informação em alta velocidade pautam a dinâmica econômica, a conectividade se constitui como elemento basilar para o desenvolvimento socioeconômico. Por isso, é fundamental fortalecer a infraestrutura de banda larga do estado, garantindo a interiorização do acesso à internet, promovendo conectividade e inclusão digital para o desenvolvimento pessoal, social e econômico da população baiana.



A estruturação de um sistema multimodal de transporte impulsiona não só a atração de novos investimentos, como a diversificação e o adensamento produtivo

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

## INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA



Promover a ampliação, integração e modernização da matriz logística de transportes para torná-la capaz de escoar a produção dos diversos territórios baianos e atrair fluxos de regiões fora do estado e do mundo.

Promover a expansão e a integração da rede de transporte coletivo articulando os diversos modais e interligando as várias regiões da Bahia, com destaque para o transporte sobre trilhos e aeroviário.

Interiorizar a distribuição de gás para estimular o desenvolvimento de municípios e reduzir a desigualdade regional.

Estimular a ampliação da produção de energia renovável aliada à preservação do meio ambiente e com responsabilidade social, aproveitando os potenciais de biomassa, bons ventos e forte irradiação solar.

Garantir a segurança energética ampliando o atendimento a demandas crescentes por energia, por meio do aumento da capacidade de distribuição e da garantia de acesso à população de mais baixa renda.

Prover a Bahia da infraestrutura de banda larga capaz de garantir a interiorização do acesso ao serviço com a promoção da inclusão digital e da conectividade necessária aos novos desafios tecnológicos.





# CULTURA

Reconhecer e valorizar a diversidade e a singularidade



### PLANO PRIORIZA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E A PRODUÇÃO ARTÍSTICA, COM ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS E A GERAÇÃO DE RIQUEZAS, INCLUSÃO E PAZ SOCIAL

De um passado em que a cultura era vista como um entrave ao desenvolvimento econômico, em um modelo desenraizado, genérico e homogeneizador, passamos a um cenário mundial que vê a cultura como um fator facilitador do desenvolvimento, inquestionável para os processos de planejamento que visam a melhorias nas condições de vida e sustentabilidade. Essa mudança de percepção criou vantagens competitivas para aqueles locais que elegeram a sua singularidade cultural como diferencial determinante diante de um planeta cada vez mais globalizado.

A singularidade cultural da Bahia, ao longo da história, tem sido um elemento distintivo no Brasil e mesmo no mundo. Funciona, a um só tempo, como um instrumento dinamizador da economia, ampliador da autoestima da população e atenuador dos conflitos sociais advindos das suas desigualdades históricas (social, econômica, raciais e de gênero).

Na sua concepção mais ampliada, a dimensão cultural é estratégica para o desenvolvimento pelo fato de ser a liga que une os pactos celebrados entre os vários atores sociais existentes em uma determinada

sociedade e pelo seu caráter de acionamento das oportunidades de geração de renda e trabalho, por meio da expansão do espaço para criação e circulação das manifestações culturais, representando ganhos econômicos, culturais e identitários necessários ao enfrentamento do esgarçamento do tecido social.

O desenvolvimento de competências e habilidades dos cidadãos na sociedade baiana cumpre o fator estratégico da valorização das riquezas culturais para as mais variadas cadeias produtivas, tanto no campo exclusivamente comercial (*show business*, turismo de enclave e blocos de trios etc.), quanto no campo popular e tradicional (blocos afros, grupos de samba juninos, capoeira, cheganças, sambas de roda etc.). Dentre as manifestações culturais, destaca-se, ainda, o desenvolvimento de produtos artesanais, que agrega singularidade e valor a cada peça ao retratar o lugar de origem, a matéria-prima e as técnicas de produção típicas, com menção às origens de produtores e seus antepassados.

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### CULTURA

Ampliar a garantia dos direitos culturais, identidade, diversidade, interculturalidade e pluralidade.

Garantir o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura.

Consolidar um sistema diversificado e abrangente de fomento e financiamento da cultura, coerente com as especificidades dos diferentes segmentos e atividades culturais.

Expandir a salvaguarda da memória cultural e do patrimônio material, imaterial, histórico, artístico, documental e bibliográfico.

Ampliar o acesso, a valorização e a promoção da cultura das crianças, jovens e idosos, com respeito às diferenças étnicas, de gênero e de orientação sexual.

Garantir às pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida acessibilidade à produção e aos produtos, serviços e espaços culturais.

Fortalecer a identidade e a autonomia da produção artesanal baiana, por meio da valorização dos saberes e fazeres locais e da qualificação das artesãs e dos artesãos, bem como da expansão comercial nos mercados nacional e internacional.

Valorizar as diversas linguagens culturais e manifestações artísticas existentes na Bahia, gerando visibilidade e reconhecimento, levando em conta suas capacidades de acesso e de fruição.

Para tanto, é fundamental investir na conservação e na preservação da memória cultural e do patrimônio material, imaterial, histórico, artístico, documental e bibliográfico, bem como a viabilização do acesso do público ao conhecimento e do estímulo à sua apropriação pela população baiana e pelos turistas, por meio da articulação de ações que possibilitem reconhecer, administrar, produzir conhecimento e manter vivo o legado patrimonial da Bahia.

Tão importante quanto a conservação e a preservação é garantir que tanto as estruturas físicas culturais quanto as produções artísticas fomentadas pelo estado se adaptem para facilitar o acesso de todos os públicos à cultura, visando à democratização do acesso e da criação, produção e fruição, considerando as particularidades dos diversos públicos, do ponto de vista geracional, identitário ou de acessibilidade dos baianos e turistas.







# GESTÃO GOVERNAMENTAL

Governança com participação social e foco em resultados

## MODERNIZAR O ESTADO E REORIENTAR SUA AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, DE CARÁTER SUSTENTÁVEL

Para que o estado possa impulsionar um processo de desenvolvimento de largo alcance setorial e espacial, capaz de induzir transformações quantitativas e qualitativas na realidade socioeconômica da Bahia, torna-se fundamental promover a modernização da administração pública.

A melhoria da gestão governamental deve pautar-se, entre outros importantes aspectos, no equilíbrio fiscal e na racionalização do gasto público, no aumento da eficiência dos processos, na busca por maior eficácia e efetividade das políticas públicas, na transparência da administração pública e na garantia da participação e controle sociais, assegurando-se, com isso, significativa redução dos notórios *déficits* na qualidade dos bens e serviços ofertados à população baiana. Por sua vez, uma gestão governamental mais qualificada deve vincular-se a um modelo de desenvolvimento que contribua, decisivamente, para a superação de cruciais questões sociais e econômicas, respeitando-se os princípios da sustentabilidade ambiental e a diversidade territorial do estado.

Nesses termos, a incorporação de conhecimento científico e tecnológico e de pesquisa e inovação aos ciclos das políticas públicas, ao articular e disseminar, no interior das estruturas de governo, os saberes gerados pelas universidades e por instituições e centros de pesquisa diversos, possibilitará uma mais eficiente gestão de processos e pessoas, o acesso ampliado a múltiplos dados e informações e, conseqüentemente, maior resolutividade dos processos, elevação da produtividade do servidor e aperfeiçoamento das relações da sociedade civil com o estado.

Em seus desdobramentos, as estratégias de modernização e reestruturação do setor público deverão alinhar-se, igualmente, a novas demandas, geradas pelo próprio processo de desenvolvimento, e expressando-se, por fim, em arranjos institucionais e organizativos inovadores e inteligentes e na qualificação permanente dos quadros do serviço público, fatores essenciais para o fortalecimento da governança.



Nesse sentido, para que a Bahia promova transformações na sua gestão governamental, que busquem ultrapassar os limites tradicionais de manutenção da ordem pública, arrecadação tributária e garantia de contratos, e atingir um patamar de formulação, execução e gestão de políticas públicas mais efetivas e adequadas às justas demandas da sociedade, são fundamentais o fortalecimento das distintas capacidades do estado (político-institucional, fiscal, organizativa etc.) e a completa profissionalização do serviço público.

Além disso, a consolidação, na esfera governamental, de uma política territorial com participação social vai ao encontro da necessidade imperiosa de indução do desenvolvimento em largas porções do território estadual, considerando-se as históricas desigualdades regionais e os volumes de investimentos necessários para superá-las. Para tanto, requer-se, entre outros aspectos, o fortalecimento de múltiplos arranjos político-institucionais intraestaduais e interfederativos, a exemplo de modalidades diversas de consórcios públicos, políticas e ações promotoras da descentralização e articulações com municípios e segmentos sociais organizados.

A melhoria da gestão governamental deve pautar-se, entre outros importantes aspectos, no equilíbrio fiscal, na racionalização do gasto público e no aumento da eficiência dos processos



## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

## GESTÃO GOVERNAMENTAL

Fortalecer a capacidade de planejamento estadual, de modo a orientar as políticas e ações de governo, articulando os diversos órgãos da Administração Direta e Indireta, com vistas a se atingir uma maior efetividade das políticas públicas.

Proporcionar efetivo equilíbrio fiscal, a partir do alcance de resultados positivos e significativos entre receitas correntes e despesas correntes, que permitam a expansão dos níveis de investimentos.

Promover política de investimentos para expansão e diversificação da base econômica, orientada por diretrizes estratégicas de mudanças estruturais, contidas no planejamento para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do estado de longo prazo.

Promover a produção e incorporação de conhecimento científico, pesquisa e inovação na formulação e gestão das políticas públicas, articulando os saberes gerados pelas universidades e por organizações e instituições de pesquisa diversas.

Consolidar a Política Territorial como vetor de planejamento e gestão governamentais, fortalecendo arranjos político-institucionais intraestaduais e interfederativos, para integração de políticas públicas, com garantia de participação social.

Promover a comunicação pública e a cultura da transparência, ampliando a participação social e garantindo aos cidadãos canais de interação no ciclo de políticas públicas, por meio de recursos múltiplos e estruturas organizacionais capazes de absorver as demandas sociais.

Promover melhoria contínua na oferta de políticas, bens e serviços públicos para a população, aprimorando as capacidades de apreensão da realidade estadual, com demandas sociais e econômicas crescentes, complexas e em constante alteração, buscando atingir efetiva governança adaptativa, elevação da produtividade do servidor e maior resolutividade das políticas públicas.

Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos por meio da qualificação permanente dos servidores, do desenvolvimento de carreiras e de processos de aprendizagem organizacional, fixando competências e habilidades no setor público.



## **COORDENAÇÃO DO PDI BAHIA 2035**

### **Coordenação Geral**

Ranieri Muricy Barreto - Superintendência de Planejamento Estratégico - SEPLAN  
Jean Esdras da Silva Freitas – Superintendência de Desenvolvimento Produtivo - SDE  
Jonas Paulo Neres – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia - CODES

### **Coordenação Técnica**

Secretaria do Planejamento – SEPLAN  
Mirtes Cavalcante de Aquino – Diretora de Planejamento Econômico – DPE  
Natã Silva Vieira - Diretor de Planejamento Social

### **Equipe de Técnica**

Ana Cristina Cerqueira - SEPLAN/SPE - Assessora  
Andréa Pereira da Silva - SEPLAN/SPE/DPS - Coordenadora  
Anibal Picanço Bentes - SEPLAN/SPE/DPS - EPPGG  
Bruno de Araújo Andrade - SEPLAN/SPE - Assessor  
Carlos Rodolfo Lujan Franco – SEPLAN/SPE/DPE - Coordenador  
Fábio Di Natale Guimarães - SEPLAN/SPE/DPS - Coordenador  
Francisco Carlos Baqueiro Vidal - SEPLAN/SPE/DPE - EPPGG  
Lara Sousa Matos - SEPLAN/SPE/DPS - EPPGG  
Luiz Carlos Santana Filho - SEPLAN/SPE/DPS - Coordenador  
Marcos Luis Cerqueira da Silva - SEPLAN/SPE/DPE - Coordenador  
Maria de Fátima Torreão espinheira – SEPLAN/SPE/DPE - Coordenador  
Mariana Machado de Oliveira Sá - SEPLAN/SPE/DPE - EPPGG  
Nilma Barreto da Silva - SEPLAN/SPE/DPE - Coordenadora  
Patrícia Chame Dias - SEPLAN/SPE/DPS - EPPGG  
Rafaela Evangelista Campos - SEPLAN/SPE/DPE - Coordenadora  
Roberto Maximiano Pereira - SEPLAN/SPE/DPE – Coordenador  
Carlos Rodolfo Lujan Franco – SEPLAN/SPE/DPE - Coordenador

### **Equipe de apoio:**

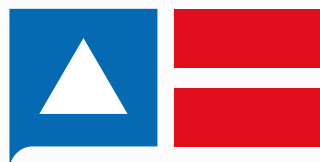
Maria Cristina de Jesus Braga - Secretária  
Elaine Suely Xavier - Secretária  
Ana Teresa Britto da Silva - Secretária  
Thauane Leal de Melo - Estagiária  
Leonardo Castro Silva - Estagiário  
Alexnaldo Neves de Jesus - Estagiário



Direitos desta edição reservados

Nenhuma parte pode ser reproduzida sem a expressa autorização

Impresso em Salvador, Bahia, em março de 2019



# GOVERNO DO ESTADO

BAHIA. AQUI É TRABALHO.